

Panorama da produção científica sobre políticas públicas no envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual

Elaine Cristina Costa Lopes, Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde (Unicesumar), docente do Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado; Brasil; elaine.costa@grupointegrado.br

Jéssica Bianca de Souza, Docente do Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado; Brasil.

Franciele Medeiros Lutosa, Docente do Curso de Fisioterapia, Centro Universitário Integrado; Brasil.

Lucas França Garcia, Docente do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Universidade Cesumar (UNICESUMAR); lucasfgarcia@gmail.com

INTRODUÇÃO

A deficiência constitui uma condição complexa que resulta da interação entre limitações individuais e barreiras sociais, sendo reconhecida como uma relevante questão de saúde pública em âmbito global (WHO, 2022). Nesse cenário, o envelhecimento populacional tem contribuído para o aumento expressivo do número de pessoas que vivem com algum tipo de deficiência, uma vez que o avanço da idade está associado à maior ocorrência de doenças crônicas e ao declínio funcional (WHO, 2015; Nações Unidas, 2019).

O envelhecimento populacional deve ser compreendido como um fenômeno complexo e multidimensional, cujos impactos extrapolam o campo da saúde e alcançam dimensões sociais, econômicas e políticas. Nesse contexto, observa-se a ampliação da produção científica voltada à compreensão desses impactos, com progressiva superação do enfoque estritamente biomédico e incorporação de aspectos relacionados ao mercado de trabalho, à sustentabilidade, aos sistemas de proteção social e à organização dos serviços de saúde. Dessa forma, o envelhecimento não se configura apenas como uma transição demográfica, mas como um processo que impõe desafios estruturais às sociedades contemporâneas, demandando políticas públicas intersetoriais e estratégias integradas capazes de responder às novas necessidades populacionais (Zheng *et al.*, 2025).

No contexto nacional, essa relação torna-se ainda mais evidente. Dados do Censo Demográfico de 2022 indicam que a deficiência apresenta forte associação com o envelhecimento, com elevada proporção de pessoas com deficiência concentrada nas faixas etárias mais avançadas, o que amplia a demanda por cuidados e serviços de saúde (Brasil, 2025).

Dentre os diferentes tipos de deficiência, destaca-se a deficiência intelectual, caracterizada por limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, com repercussões ao longo de todo o ciclo de vida. À medida que essa população envelhece, intensificam-se as demandas relacionadas ao cuidado, à funcionalidade e à garantia de direitos, exigindo respostas mais específicas dos sistemas de saúde e assistência social (Guilhoto *et al.*, 2014; AAIDD, 2024; Mitra; Turk, 2025).

Entretanto, apesar dos avanços normativos no campo das políticas públicas voltadas à pessoa idosa e à pessoa com deficiência, observa-se que tais políticas ainda apresentam fragilidades em sua implementação, com baixa efetividade e ausência de abordagens específicas para o envelhecimento na deficiência intelectual. Evidências indicam lacunas no acesso aos serviços, na organização do cuidado e no suporte às famílias, o que reforça a necessidade de estratégias intersetoriais que considerem as particularidades dessa população (Tomaz *et al.*, 2016; Silva e Fedosse, 2018).

Nesse contexto, a produção científica tem se expandido nas últimas décadas, especialmente nas áreas da gerontologia e da saúde pública. Contudo, essa expansão ocorre de forma desigual, com concentração temática em condições como as demências e predominância de estudos conduzidos em países desenvolvidos, o que evidencia lacunas importantes no que se refere à deficiência intelectual e aos contextos de países em desenvolvimento (Mais Diferenças, 2019; Ferreira *et al.*, 2022).

Diante dessas lacunas, torna-se fundamental compreender como o conhecimento científico tem sido produzido nesse campo, especialmente no que diz respeito às políticas públicas voltadas ao envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual. A análise da literatura científica apresenta-se, nesse contexto, como uma estratégia relevante para a identificação de tendências, o reconhecimento de lacunas e o fortalecimento do avanço do conhecimento na área.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar a produção científica sobre políticas públicas voltadas ao envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual, com ênfase na identificação de tendências e lacunas na literatura

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo, cujo objetivo é analisar a produção científica sobre políticas públicas voltadas ao envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual, com ênfase na identificação de tendências e lacunas na literatura. A revisão narrativa permite a síntese e a interpretação crítica de estudos previamente publicados, sendo especialmente útil para a compreensão de campos temáticos ainda em consolidação.

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), selecionadas em razão de sua relevância na área da saúde e de sua abrangência internacional e latino-americana. Para a construção da estratégia de busca, foram utilizados descritores controlados dos vocabulários *Medical Subject Headings* (MeSH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), combinados por meio de operadores booleanos.

A estratégia de busca incluiu os termos “*intellectual disability*”, “*aging*”, “*public policy*”, “*health policy*”, “*social support*” e “*caregivers*”, bem como seus equivalentes em português e espanhol. Esses descritores foram combinados com os operadores booleanos *AND* e *OR*, com o objetivo de ampliar a sensibilidade da busca e possibilitar a recuperação de estudos pertinentes à temática investigada.

Foram incluídos estudos originais disponíveis na íntegra, publicados em qualquer idioma, que abordassem a relação entre deficiência intelectual, envelhecimento e políticas públicas, bem como aspectos relacionados à organização do cuidado e ao suporte social.

Após a realização das buscas, os estudos foram exportados e organizados para análise. Inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para a identificação dos artigos potencialmente elegíveis. Posteriormente, realizou-se a leitura na íntegra dos estudos selecionados, aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos.

A análise dos estudos foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, com o objetivo de identificar padrões na produção científica, principais temáticas abordadas, tendências de investigação e lacunas no conhecimento, considerando a relação entre políticas públicas e o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual.

REVISÃO DE LITERATURA

O envelhecimento populacional tem promovido transformações significativas no perfil epidemiológico e social das populações, evidenciando o aumento da prevalência de condições crônicas e limitações funcionais ao longo do curso da vida. Nesse contexto, a deficiência passa a ser compreendida a partir de uma perspectiva ampliada, resultante da interação entre condições de saúde e fatores ambientais e sociais, o que intensifica a complexidade das demandas de cuidado, especialmente nas faixas etárias mais avançadas (Diniz; Medeiros, 2004; Brasil, 2010; Fernández-Ávalos *et al.*, 2020).

Essa relação entre envelhecimento e deficiência torna-se ainda mais evidente quando se considera que o avanço da idade está associado ao acúmulo de limitações funcionais, as quais podem resultar em situações de dependência e restrição da participação social. Contudo, tais limitações configuram-se como deficiência, sobretudo quando associadas à insuficiência de suporte social, o que reforça o papel estruturante das políticas públicas na mediação dessas condições e na garantia de direitos (Diniz; Medeiros, 2004; Brasil, 2010; Fernández-Ávalos *et al.*, 2020; AAIDD, 2024).

No âmbito das especificidades, a deficiência intelectual caracteriza-se por limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, com repercussões ao longo de todo o ciclo de vida. O aumento da expectativa de vida dessa população tem ampliado a complexidade das demandas assistenciais, exigindo maior organização do cuidado e o desenvolvimento de estratégias que assegurem condições adequadas de funcionalidade, participação social e qualidade de vida (Fernández-Ávalos *et al.*, 2020; AAIDD, 2024).

Nesse contexto, identifica-se maior vulnerabilidade em saúde entre pessoas com deficiência intelectual, marcada pela presença de comorbidades, declínio funcional precoce e necessidade de suporte contínuo. Tais condições são frequentemente

agravadas por barreiras no acesso aos serviços de saúde e assistência social, o que compromete a continuidade do cuidado e evidencia fragilidades estruturais na organização dos sistemas de atenção (Fernández-Ávalos *et al.*, 2020; AAIDD, 2024).

Historicamente, o cuidado a essa população tem sido sustentado por arranjos familiares, evidenciando a centralidade da família na organização do suporte cotidiano. Entretanto, a manutenção desse modelo ao longo do tempo tende a gerar sobrecarga física, emocional e social, sobretudo quando associada ao envelhecimento simultâneo dos cuidadores, o que reforça a necessidade de redes de apoio estruturadas e de políticas públicas mais efetivas (AAIDD, 2024; Rosetto; Pieczkowski, 2024).

Essa problemática torna-se ainda mais complexa quando se considera que o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual ocorre, frequentemente, em paralelo ao envelhecimento de seus cuidadores. Tal dinâmica associa vulnerabilidades múltiplas e evidencia a persistência de um modelo de cuidado fortemente dependente de suporte informal, marcado por insegurança quanto ao futuro e insuficiência de suporte institucional, o que reforça a necessidade de reorganização das redes de cuidado (Samuel *et al.*, 2023; Rosetto; Pieczkowski, 2024).

No campo das políticas públicas, o Brasil dispõe de importantes marcos normativos voltados à atenção à pessoa com deficiência e à pessoa idosa, com destaque para a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Essas políticas estabelecem diretrizes para a promoção da qualidade de vida, prevenção de agravos, manutenção da funcionalidade e organização do cuidado no âmbito do Sistema Único de Saúde, reconhecendo a complexidade das demandas dessas populações e a necessidade de articulação entre os diferentes níveis de atenção. Entretanto, ao serem analisadas de forma integrada, constata-se que tais diretrizes permanecem estruturadas de maneira paralela, sem contemplar, de forma específica, as demandas relacionadas ao envelhecimento das pessoas com deficiência, especialmente aquelas com deficiência intelectual (Brasil, 2006; Brasil, 2010).

Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando considerada à luz da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que, embora represente um avanço na garantia de direitos, na promoção da participação social e na eliminação de barreiras, não estabelece diretrizes específicas para a integração entre envelhecimento e deficiência. Nesse sentido, identifica-se fragilidade na articulação entre os instrumentos normativos, o que compromete a efetividade das políticas públicas e limita a construção de respostas intersetoriais capazes de atender às necessidades dessa população ao longo do envelhecimento (Brasil, 2015).

Em consonância com essa análise, verifica-se que, apesar dos avanços no campo normativo, persistem limitações relevantes na efetivação dessas políticas, especialmente no que se refere ao envelhecimento na deficiência intelectual. Embora exista um arcabouço legislativo expressivo, sua implementação ocorre de forma parcial, com fragilidades na operacionalização e ausência de estratégias específicas, o que amplia a distância entre a formulação normativa e sua concretização no âmbito dos serviços (Tomaz *et al.*, 2016).

Corroborando esse cenário, identificam-se limitações no acesso e na qualidade dos serviços de saúde e assistência, que comprometem a continuidade e a integralidade do cuidado. Ademais, a insuficiência de suporte institucional e a persistência de arranjos familiares de cuidado reforçam a vulnerabilidade dessa população e evidenciam fragilidades na organização dos sistemas de atenção (Fernández-Ávalos *et al.*, 2020; Rosetto; Pieczkowski, 2024).

Esses elementos, analisados de forma integrada, revelam um descompasso entre os princípios estabelecidos nas políticas públicas e sua efetivação no cotidiano dos serviços. Nesse contexto, a consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde, como integralidade, universalidade e equidade, ainda enfrenta desafios significativos, uma vez que a organização do cuidado permanece fragmentada e pouco articulada entre os diferentes pontos da rede (Tomaz *et al.*, 2016).

Tal fragmentação torna-se ainda mais crítica diante das demandas específicas das pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento, que envolvem não apenas aspectos clínicos, mas também dimensões relacionadas à funcionalidade, autonomia e participação social. Essas demandas requerem abordagens interdisciplinares, contínuas e integradas, ainda não plenamente consolidadas nos serviços de saúde (Fernández-Ávalos *et al.*, 2020).

Sob uma perspectiva ampliada, a compreensão do envelhecimento de pessoas com deficiência demanda a incorporação de fatores sociais, culturais e históricos, que influenciam diretamente o desenvolvimento ao longo da vida. Nesse sentido, abordagens fundamentadas no paradigma *life-span* evidenciam que as limitações vivenciadas por essa população estão fortemente relacionadas às barreiras impostas pelo contexto social, o que reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis à complexidade desse processo (Silva; Chariglione, 2024).

Adicionalmente, o acesso a serviços especializados configura-se como um dos principais entraves para essa população. A estrutura assistencial do Sistema Único de Saúde ainda se apresenta fragmentada, com serviços pouco integrados e dificuldades na articulação entre os diferentes níveis de atenção, o que compromete a continuidade e a qualidade do cuidado ofertado (Lavras, 2022).

Nesse cenário, a fragmentação do sistema dificulta o acesso, gera descontinuidade assistencial e limita a efetivação da integralidade, especialmente no atendimento de populações que demandam cuidado contínuo e multiprofissional. Assim, embora a organização em redes esteja prevista nas políticas públicas, persistem limitações na operacionalização dessas diretrizes, impactando diretamente a qualidade da assistência prestada (Brasil, 2010).

Paralelamente, verifica-se que a produção científica sobre o tema permanece limitada e fragmentada. Embora se observe uma expansão das publicações nas últimas décadas, esse crescimento ocorre de forma desigual, com concentração em estudos voltados ao envelhecimento geral, às doenças crônicas e às demências, além da predominância de investigações conduzidas em países desenvolvidos. Tal configuração evidencia assimetrias na produção do conhecimento e lacunas relevantes no que se refere à deficiência intelectual e aos contextos de países em desenvolvimento (Ferreira *et al.*, 2022; Dikmen, 2025).

Ademais, a análise da produção científica revela predominância de estudos descritivos, com foco em aspectos clínicos e funcionais, e menor ênfase em

investigações voltadas às políticas públicas e à organização dos sistemas de cuidado. Esse padrão indica um direcionamento ainda incipiente da literatura para abordagens intersetoriais, o que limita a compreensão das demandas específicas do envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual e restringe a produção de evidências aplicáveis à formulação de políticas públicas.

No contexto brasileiro, essa lacuna torna-se ainda mais evidente, uma vez que a produção científica permanece incipiente no que se refere à interface entre envelhecimento, deficiência intelectual e políticas públicas. Tal limitação compromete o desenvolvimento de estratégias baseadas em evidências e reforça a necessidade de ampliação das investigações nesse campo.

Dessa forma, embora haja avanços no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e na formulação de políticas públicas, persistem fragilidades na organização dos serviços, na efetivação do cuidado e na produção do conhecimento científico. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais e de ampliação das investigações, com vistas à consolidação de um cuidado integral, longitudinal e articulado às necessidades das pessoas com deficiência intelectual ao longo do envelhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura evidencia que, apesar dos avanços no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e na formulação de políticas públicas no Brasil, persistem desafios na efetivação dessas diretrizes, especialmente no que se refere às demandas relacionadas ao envelhecimento na deficiência intelectual. Observa-se um descompasso entre os princípios normativos e sua operacionalização nos serviços, com fragilidades na articulação intersetorial, na integralidade do cuidado e na continuidade assistencial.

Adicionalmente, verificam-se limitações no acesso a serviços especializados e a permanência de um modelo de cuidado centrado na família, frequentemente associado à insuficiência de suporte institucional. Esses achados indicam a necessidade de fortalecimento das redes de atenção, com maior integração entre os níveis de cuidado e setores envolvidos.

No campo científico, identifica-se que a produção sobre o envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual ainda é limitada e fragmentada, com predomínio de estudos descritivos e menor ênfase em análises voltadas às políticas públicas e à organização dos sistemas de cuidado, evidenciando lacunas relevantes no conhecimento.

Como limitação deste estudo, destaca-se o recorte adotado para a busca e seleção dos artigos, bem como a natureza narrativa da revisão, que não permite estabelecer relações causais.

Diante disso, recomenda-se que estudos futuros utilizem delineamentos metodológicos mais robustos, como revisões sistemáticas e investigações empíricas, a fim de ampliar a produção de evidências e subsidiar a qualificação das políticas públicas e das práticas de cuidado voltadas à pessoa idosa com deficiência intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Deficiência intelectual; Políticas públicas; Atenção integral à saúde; Cuidadores.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. **Criteria for intellectual disability**. Disponível em: <https://www.aaidd.org/intellectual-disability/definition>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista, resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. **Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 out. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

Dikmen, Mualla. **Mapping research on quality of life in intellectual disabilities: a bibliometric analysis**. İstanbul Aydın Üniversitesi Sosyal Bilimler Dergisi, v. 17, n. 4, p. 509-530, 2025. DOI: https://doi.org/10.17932/IAU.IAUSBD.2021.021/iausbd_v17i4004

DINIZ, D; MEDEIROS, M. Envelhecimento e Deficiência. *In*: CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros, muito além dos 60**. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cap. 3, p. 107-120, set. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/9a4f612c-0763-4818-b3b5-1fa74597da5b/download>. Acesso em: 15 mar. 2026.

FERNÁNDEZ-ÁVALOS; *et al.* Quality of life and concerns in parent caregivers of adult children diagnosed with intellectual disability: a qualitative study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 22, art. 8690, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph17228690>.

FERREIRA,B. *et al.* Bibliometric analysis of the informal caregiver's scientific production. **Journal of Personalized Medicine**, v. 12, n. 1, p. 61, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/jpm12010061>

GUILHOTO, L.M.F. Ferreira;*et al.* **Envelhecimento e deficiência intelectual na Grande São Paulo**. Revista DI, n. 7, 2014.

LAVRAS, C.C.C. Atenção básica no sistema único de saúde (SUS). **Caderno de Pesquisa NEPP**. Campinas, n. 93, nov. 2022. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas.

MITRA, M.; TURK, M. Aging with a disability: a call for research, policy, and practice. **Disability and Health Journal**, v. 18, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2025.101781>.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre deficiência e desenvolvimento: concretizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por, para e com as pessoas com deficiência**. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 2019. Disponível em: <https://social.un.org/publications/UN-Flagship-Report-Disability-Final.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

ROSETTO, A.M ; PIECZKOWSKI, T.M.Z. Múltiplos sentidos da inclusão da pessoa com deficiência intelectual em processo de envelhecimento: narrativas familiares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, e290063, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290063>.

SAMUEL, P. S.;*et al.* Family support of older caregivers: factors influencing change in quality of life. **American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities**, v. 128, n. 1, p. 41–59, 2023. DOI: 10.1352/1944-7558-129.4.308.

SILVA, M.C; CHARIGLIONE, I.S.F. Envelhecimento e pessoas com deficiência nas perspectivas vigotskiana e life-span. **Revista Psicopedagogia**, v. 41, n. 124, p. 151-162, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20240017>.

SILVA, R.S; FEDOSSE, E. Perfil sociodemográfico e qualidade de vida de cuidadores de pessoas com deficiência intelectual. **Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 2, p. 357–366, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1220>. Acesso em: 16 jun. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global report on health equity for persons with disabilities. 2022**. Disponível em: <https://www.who.int/teams/noncommunicable-diseases/sensory-functions-disability-and-rehabilitation/global-report-on-health-equity-for-persons-with-disabilities>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ZHENG, Z.M. *et al.* Aging and its societal impact: a bibliometric analysis. **SAGE Open**, v. 15, n. 3, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/21582440251362564>.

